

Artigo reproduzido do Jornal do Brasil de 3/05/92

A 'crise' das universidades

José Goldemberg *

O quadro geral de dificuldades que o país atravessa tem dado origem a toda espécie de denúncias, críticas e profecias cada vez mais pessimistas.

Muitas delas são parte do discurso dos partidos políticos de oposição que cumprem seu papel ritual de tentar sensibilizar os eleitores e conquistar votos. Este é o seu papel, e o governo tem motivos para crer que os eleitores não se deixarão seduzir e reconhecerão o esforço que tem sido feito em todas as áreas.

O que perturba, talvez não o governo como um todo, mas alguns ministros, é a "ajuda e o conforto" que muitos intelectuais dão a esse discurso que é, de modo geral, inconsistente. Há, por exemplo, uma marcação cerrada dos economistas que já dirigiram desastrosamente a área econômico-financeira em governos passados e que hoje fazem as críticas mais acerbadas ao esforço sério e consistente do ministro Marcílio e sua equipe. O ressentimento de muitos deles é tão evidente que desvaloriza análises e críticas que, de outra forma, poderiam até ser úteis.

Algo análogo se passa na área da ciência e tecnologia. De novo aqui o esforço que está sendo feito não é considerado suficiente, e a acusação é a de que o atual governo está "destruindo a pesquisa, as universidades e sucateando os laboratórios"(!).

Para tentar justificar esta tese, argumentos tecnicamente incorretos têm sido sistematicamente apresentados. Vindos da área educacional e científica, os críticos deveriam ter padrões acadêmicos elevados e tratar de embasar melhor seus argumentos.

O que caracteriza os críticos da atuação do governo na área de ciência e tecnologia é que eles parecem ter perdido a noção de que estão inseridos na sociedade brasileira e que a função da universidade e dos seus laboratórios, em todas as áreas, é preparar pessoal competente capaz de enfrentar os problemas do subdesenvolvimento, quer trabalhando no governo, quer no Congresso, na iniciativa privada ou mesmo nos partidos políticos.

A finalidade das universidades e dos laboratórios não é a de servir a si mesmos, crescer sem limites e cuidar do seu próprio pessoal científico e de apoio. É a de servir ao país.

Os meios necessários ao desenvolvimento das pesquisas são os mesmos do Primeiro Mundo porque não há ciência subdesenvolvida: é por isso que o custo médio de um professor ou pesquisador de uma universidade brasileira é de cerca de 50 a 100 mil dólares por ano (incluindo salário e outras despesas

necessárias para mantê-lo trabalhando nos laboratórios), que é o nível internacional para esse tipo de atividade.

Este custo é inteiramente coberto pelo governo porque, contrariamente ao que acontece no Primeiro Mundo, as empresas — de modo geral — não se dispõem a investir em pesquisa.

Gasta-se em pesquisa no Brasil 0,7% do Produto Interno Bruto, recursos originários no governo federal. Esta é a fração do PIB gasta pelo Japão, onde, contudo, a iniciativa privada gasta outros 2,5% num total de 3,2%.

No que se refere especificamente à pesquisa científica, é difundida a quimera de que o governo não está interessado nela, tendo em vista que o Fundo Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) decresceu muito nos últimos anos. De fato, isto ocorreu, mas não de maneira alarmante como se propala pois foram criados diversos outros programas que compensaram essa queda, como o PADCT, empréstimo do BID à Finep.

O FNDCT se destina, de modo geral, a pesquisas acadêmicas em Matemática, Física, Ciências Sociais etc., ao passo que os outros se orientam a áreas em que o país se atrasou muito no passado, como algumas engenharias.

Apesar disso, não faltam cientistas que reagem violentamente aos esforços do governo para reequilibrar o apoio a estas áreas, criando um falso conflito entre pesquisa pura e aplicada, que não faz parte, em absoluto, do ideário do governo.

Basta ver o número de bolsas de estudo que o governo financia para verificar que isto não é verdade. O sistema Capes/CNPq é um dos mais abrangentes do mundo e mantém no exterior cerca de cinco mil bolsistas por ano, além de 35 mil no país, em todas as áreas, o que poucos países em desenvolvimento conseguem fazer (a China mantém cerca de 2.500!). O custo destes programas é de cerca de US\$ 400 milhões por ano.

É bem verdade que têm ocorrido atrasos ocasionais nas liberações das bolsas, bem como nos repasses às universidades para pagamento de suas despesas de custeio. Mas esta é uma situação transitória que afeta toda a administração federal e decorre da queda da arrecadação.

Esta queda prejudica hospitais, saneamento, manutenção de estradas, segurança pública, e não parece razoável — a não ser aos mais corporativistas — privilegiar universidades e institutos de pesquisa em detrimento de outras necessidades da população. Cerca de 25% dos recursos da união vão para educação, ciência e tecnologia, e o Tesouro Nacional simplesmente não consegue atender a todas as deman-

das, mesmo porque a pressão para aumentar os salários é avassaladora.

Nestas condições, o que podem fazer os reitores, diretores de institutos de pesquisa e os próprios pesquisadores?

Em primeiro lugar, reconhecer que todo o país atravessa dificuldades e que os problemas que os cientistas enfrentam não são isolados. Não seria pedir muito esperar um pouco de solidariedade com os outros setores do país.

Em segundo lugar, introduzir medidas de austeridade na gestão das instituições e tentar melhorar seu desempenho. Qualquer observador isento há de concordar que a eficiência com que funcionam várias das nossas universidades é de fato muito baixa.

Leis malfeitas, inspiradas por interesses corporativistas como as que determinam a incorporação de gratificação por manipulação de substâncias perigosas, URPs, aposentadorias precoces, chefias temporárias, curso noturno e outras foram objeto de ações ganhas na Justiça que distorcem a carreira universitária baseada no mérito. As despesas decorrentes dessas ações estão sangrando o orçamento das universidades e afetam muito mais seus recursos do que o tão criticado uso de automóveis de serviço. Nas próprias universidades de São Paulo (USP, Unicamp, Unesp), a situação chegou a tal ponto que o Conselho de Reitores em 1989 aprovou resolução estabelecendo tetos para a remuneração dos docentes, o que, na prática, corrigiu algumas dessas distorções.

Em terceiro lugar, fazer com que os governos estaduais assumam responsabilidades maiores com a atividade científica através das fundações de amparo à pesquisa que em muitos estados não saíram do papel.

Em quarto lugar, diversificar e ampliar as fontes de recursos, libertando-se da dependência absoluta dos recursos do estado que burocratiza as instituições e as transforma em repartições públicas.

De sua parte, o governo federal se esforça ao máximo para viabilizar recursos numa conjuntura difícil. Aumentá-los depende, como sabemos, da retomada do crescimento econômico do país.

Além disso, o governo propôs ao Congresso Nacional emenda constitucional que dá autonomia real às universidades e institutos de pesquisa, permitindo que eles procurem seus próprios caminhos, uma vez que a pseudo-uniformidade atual mediatiza os salários e desencoraja a melhoria real das instituições.

* Ministro da Educação, ex-presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) e ex-reitor da Universidade de São Paulo (USP)